



QUANDO “TER FILHO GAY É FALTA DE PORRADA”: DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIA+ NO CONTEXTO BRASILEIRO¹

When “*having a gay child is lack of beating*”: hate speech against the LGBTQIA+ community in the Brazilian context

Varlei Machado da Rosa²

Resumo: A sociedade se desenvolve a partir de influências histórico-culturais que se modificam conforme o período vigente. Nesse aspecto, temas como a sexualidade e a orientação sexual também são construídos pelas relações culturais, estabelecendo em determinados períodos construções de poder sobre o *outro*, dividindo-se em grupos dominantes e dominados. A comunidade LGBTQIA+, é tida enquanto pertencente do segundo grupo, sendo assim, está submetida a violências, discriminações e vulnerabilidades. Além disso, identifica-se que os discursos de ódio advindos de fundamentalistas-religiosos estimulam essa realidade, principalmente quando proferidos por representantes políticos como é o caso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: como o movimento do bolsonarismo, representado por Jair Messias Bolsonaro, através de discursos de ódio intensificam as violências contra a comunidade LGBTQIA+? Para isso, utiliza-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e método hipotético-dedutivo. Dessa maneira, entende-se que a sociedade brasileira é influenciada a partir do sistema heteronormativo, que é fonte impeditiva do respeito e reconhecimento social das pessoas LGBTQIA+, o que repercute no autorreconhecimento dessa população. Ademais, identifica-se que com a ascensão do movimento do bolsonarismo no Brasil, que tem como base o fundamentalismo religioso, os discursos de ódio contra os LGBTQIA+, se intensificaram, demonstrando o retrocesso sobre a pauta da diversidade sexual e de gênero.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Comunidade LGBTQIA+. Fundamentalismo religioso. Discurso de ódio.

Abstract: Society develops from historical and cultural influences that change over time. In this respect, issues such as sexuality and sexual orientation are also constructed by cultural relations, establishing in certain periods constructions of power over the other, dividing into dominant and dominated groups. The LGBTQIA+ community is considered to belong to the second group and is therefore subject to violence, discrimination and vulnerability. In addition,

- ¹ Esta pesquisa faz parte da monografia do autor, que tem como título “Ser LGBTQIA+ no Brasil: um estudo sobre o reconhecimento jurídico e social frente a omissão do Poder Legislativo”.
Orientação: Prof^a. Dr^a Rosângela Angelin.
- ² Acadêmico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI) Campus Santo Ângelo. Integrante do Projeto de Pesquisa “Democracia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos: olhares voltados para a complexidade do Estado e de vulnerabilidades sociais”, vinculado ao PPGD – Mestrado e Doutorado em Direito da mesma Universidade. E-mail: varleirosa@aluno.santoangelo.uri.br



hate speech from religious fundamentalists encourages this reality, especially when uttered by political representatives such as former president Jair Messias Bolsonaro. In this sense, this research seeks to answer the following question: how does the bolsonarism movement, represented by Jair Messias Bolsonaro, through hate speech intensify violence against the LGBTQIA+ community? To this end, the methodology used is bibliographical research and the hypothetical-deductive method. In this way, it is understood that Brazilian society is influenced by the heteronormative system, which is an impediment to the respect and social recognition of LGBTQIA+ people, which has repercussions of the self-recognition of this population. Furthermore, with the rise of the bolsonarism movement in Brazil, which is based on religious fundamentalism, hate speech against LGBTQIA+ people has intensified, demonstrating the backlash against sexual and gender diversity

Keywords: Bolsonarism. LGBTQIA+ community. Religious fundamentalism. Hate speech.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil, enquanto sociedade dominada por sistemas patriarcalista e heteronormativo, que influenciam diretamente na construção do pensamento que considera a heterossexualidade enquanto única manifestação aceita, exclui todas as pessoas que não se enquadram nesse meio. Nessa perspectiva, a comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Travesti, Transgênero, Queer, Intersexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero que se diferem da heterossexualidade (LGBTQIA+), é colocada em um grupo que está sujeito a violências, discriminações e vulnerabilidades.

A partir dessa premissa, a pesquisa busca discutir sobre a diversidade sexual e de gênero, considerando a sua importância na atualidade brasileira. Ademais, o tema se enquadra em um cenário que aborda os discursos de ódio proferidos, principalmente, por lideranças políticas baseados em fundamentalismos religiosos, que atacam a comunidade LGBTQIA+ e os defensores dessa pauta. Nesse ponto, o movimento do bolsonarismo se coloca enquanto intensificador de violências e discriminações, mirando exclusivamente em grupos vulneráveis da população, como é o caso das pessoas LGBTQIA+.

Com o objetivo de compreender essa situação, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta condutora: como o movimento do bolsonarismo, representado por Jair Messias Bolsonaro, através de discursos de ódio intensificam as violências contra



a comunidade LGBTQIA+? Para isso, utiliza-se de metodologia de pesquisa bibliográfica e método hipotético-dedutivo.

Para responder o questionamento, exposto acima, primeiramente, a pesquisa se propõe em compreender, de forma breve, o papel que a heteronormatividade detém em relação ao público LGBTQIA+ a fim de entender como essa exclui e mantém os discursos de ódio e o posicionamento de lideranças políticas, dentro da perspectiva dos fundamentalismos religiosos que não consideram a existência da população LGBTQIA+. Posteriormente, busca-se refletir sobre a forma como o movimento do bolsonarismo, a partir da eleição do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro no executivo do Brasil, intensificou na esfera pública o ódio contra as pessoas não heterossexuais, estigmatizando e violentando grupos LGBTQIA+.

HETERONORMATIVIDADE E PATRIARCALISMO *VERSUS* A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DO PÚBLICO LGBTQIA+

A sociedade, enquanto fruto de relações e interações humanas, é resultado de uma construção histórica, que se modifica de acordo com o período e a cultura vigente. Assim, temas como a sexualidade sofrem influência histórico-cultural, tendo significados e repercussões diferentes a depender do momento social. Dessa maneira, não se pode falar em sexualidade enquanto sentido estrito e estático.

No caso do Brasil, a sociedade é estabelecida dentro de um sistema patriarcalista, que coloca uma hierarquia de gênero, submetendo as mulheres e pessoas LGBTQIA+ em posições de inferioridade. Nesse sentido, o patriarcado se constitui como uma ordem social e natural existente, representando “[...] a estrutura que organiza a sociedade, favorecendo uns e obrigando outros a se submeterem ao grande favorecido que ele é, sob pena de violência e morte.”³

³ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. p. 59.



Com base nessa percepção, o patriarcado estabelece o pensamento da existência de dois sexos diferentes na categoria “homem” e “mulher”, sendo uma construção natural a ideia de que a sociedade já pressupõe aquilo que é tido para os homens e o que cabe para as mulheres. Para tanto, esse *script* que homens e mulheres devem seguir durante toda a sua existência, criam “[...] uma expectativa do que esperamos no comportamento de cada gênero. Essa expectativa é o que chamamos de papéis de gênero.”⁴ Dessa forma, o separatismo do patriarcado é caracterizado através dos machismos introduzidos nas subjetividades dos indivíduos, estabelecendo para quem deve a masculinidade e a feminilidade, conforme pondera Tiburi:

O Machismo é um sistema de crenças em que se aceita a superioridade dos homens devido à sua masculinidade. No entanto, se a masculinidade aparece em uma mulher, ela é rechaçada e criticada. A feminilidade, por sua vez, é caráter reservado às mulheres e, quando manifestada por homens, é tratada como um erro da natureza.⁵

Tendo em vista essa lógica de dinâmica social, o sistema patriarcal, a partir do *script* de gênero pré-estabelecido, coloca a heterossexualidade enquanto o “normal” a ser seguido. Nesse ponto, cabe destacar que o discurso da procriação foi um dos fundamentos utilizados pela sociedade, com influência, principalmente, de setores religiosos, para difundir a heterossexualidade como única manifestação e vivência sexual moralmente aceita. Esse sistema, considerado heterossexista, é denominado de “heteronormatividade”, o qual predomina sobre a cultura e valores sociais no Brasil.

As manifestações sexuais “desviantes” da heteronormatividade, como é o caso da população LGBTQIA+, são colocadas num viés de exclusão, vulnerabilidades e repressões, que “[...] funcionam como modos de interdição, inexistência e

⁴ SILVA, José Josélio da. Gênero e masculinidades, uma construção: não se nasce homem, torna-se homem. In: SILVA, José Josélio da; SOUZA JUNIOR, José Sebastião de; MUSSKOPF, André S. (org.). **As masculinidades e seus caminhos**. São Leopoldo: CEBI, 2019. p. 09.

⁵ TIBURI, 2019, p. 63.



silenciamento de práticas sexuais consideradas ilegítimas, tendo em vista que estas não correspondem ao modelo heterossexual da família conjugal reprodutora.”⁶

Para Berlant e Warner, a heterossexualidade não funciona somente como uma estrutura social, mas também enquanto um sistema de privilégios que adota diferentes formas, mesmo que contraditórias: “[...] passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral.”⁷

Nessa lógica, o binarismo de gênero se apresenta enquanto alicerce para que a heteronormatividade se consolide dentro do sistema patriarcal. Diante disso, o binarismo que classifica as pessoas somente pela genitália de nascimento – se nasceu com pênis é homem, ou se nascer com vagina é mulher – desconsidera os corpos que não se enquadram nessa “norma”.

Em vista disso, cabe referir que a “identidade de gênero” dos indivíduos pode não corresponder ao seu sexo biológico, uma vez que está ligada diretamente com relação a “[...] percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico.”⁸ Pode-se referenciar que, nesse caso, as pessoas transexuais e intersexuais estariam fora da binaridade.

Dessa forma, se uma pessoa tem uma identidade de gênero que corresponde ao sexo atribuído ao nascimento, ela pode ser classificada como cisgênera; de outra maneira, se a pessoa não possui identidade de gênero que corresponda ao sexo atribuído no nascimento, ela pode ser definida como

-
- ⁶ CARVALHO, Guilherme Paiva de; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz. Discurso, poder e sexualidade em Foucault. **Revista Dialectus**, Fortaleza, ano 4, n. 11, p. 100-115, ago./dez. 2017. p. 102.
- ⁷ BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em Público. In: JIMÉNEZ, Rafael M. (ed.). **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona: Içaria, 2002. p. 230.
- ⁸ REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. p. 25. Disponível em: <https://unaids.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



uma pessoa trans, que pode ser binária (caso se identifique como homem ou como mulher), ou ainda não binária.⁹

A partir desse aspecto, as pessoas que não se adequam no perfil binário, estabelecido pela heteronormatividade, foram consideradas por muito tempo como doentes e, por vezes, criminosas, precisando estar em luta constante para alcançar os direitos básicos para a sua dignidade enquanto ser humano. Não à toa que os movimentos LGBTQIA+ abarcam em suas pautas, as reivindicações de interesse da parcela da população excluída pela hegemonia patriarcal e heteronormativa, dentre elas o reconhecimento de sua existência e acesso a todos os setores da sociedade de forma plena, livre de violências e discriminações.

A Revolta de Stonewall In, ocorrida no ano de 1969, em Nova York, foi considerada um marco histórico para que os movimentos das comunidades LGBTQIA+ se expandissem por todos os países, mesmo não sendo a primeira. Naquele período, praticamente em todos os Estados estadunidenses existiam leis que consideravam crimes de sodomia e importunação, que atingia quase exclusivamente pessoas homossexuais.¹⁰

No Brasil, os movimentos estavam sofrendo com a represália da ditadura militar instaurada no país. Mesmo assim, muitos grupos se organizaram para lutar por liberdade e em defesa da comunidade LGBTQIA+. Um dos exemplos, foi a criação do Jornal Lampião, fundado em 1978, que discutia abertamente sobre questão de sexualidade e gênero, mesmo que alguns anos depois fosse acusado de “[...] infringir a Lei de Imprensa por contrariar a ‘moral e os bons costumes’ [...]”¹¹, por mais que não se tinha previsão legal no Código Penal Brasileiro o crime da homossexualidade.

Posteriormente, a epidemia da Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS) eclode e é chamada pela imprensa enquanto “[...] ‘Peste Gay’, ‘Câncer Gay’, e os

⁹ QUINALHA, Renan. **Movimento LGBT+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 37.

¹⁰ QUINALHA, 2022.

¹¹ FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é a homossexualidade.** São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985. p. 21.



grupos militantes se veem diante de uma situação inesperada. Antes, a luta era por liberdade, agora, ao ver tantxs amigxs militantes morrendo, torna-se luta pela vida.”¹² Essa posição que a imprensa tomou frente a AIDS, estabeleceu uma força para enaltecer os discursos médicos de patologização da sexualidade dos grupos LGBTQIA+. Aqui, cabe referir que a igreja teve papel fundamental na difusão dessa ideia de “doença gay”, em um período marcado pela discriminação e exclusão das pessoas homossexuais.

[...] a narrativa da AIDS como uma ‘doença gay’ deve muito a discursos e práticas religiosas evocando a ideia de punição divina. Num contexto no qual a homossexualidade ainda era ela mesma comumente tratada como uma doença, ideias reminiscentes do processo de medicalização iniciado na segunda metade do século XIX ofereceram uma linguagem comum para reforçar o discurso patológico com um toque especial vindo de instituições religiosas que misturavam – não coincidentemente – um diagnóstico clínico com um julgamento moral facilmente transformado numa campanha moralizadora, cujos efeitos nefastos agora são bem conhecidos.¹³

Nessa linha, percebe-se que a religião esteve presente em diferentes momentos históricos da humanidade, interferindo e influenciando temas como forma de impor um controle dos corpos e desejos, voltados para os interesses da igreja. Resultado dessa manobra, que nada tem a ver com fé, a comunidade LGBTQIA+ sofre, até hoje, com discursos proferidos por líderes religiosos e políticos que violentam essa parcela da população, colocando-a em uma posição marginalizada da sociedade, a partir de um ideal fundamentalista religioso.

Não obstante, os posicionamentos públicos relacionados com o fundamentalismo religioso, principalmente advindos de líderes políticos, afeta diretamente no avanço dos direitos da comunidade LGBTQIA+, estabelecendo empecilhos dentro do Poder Legislativo brasileiro e, por vezes, orquestrando projetos

¹² CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013. p. 2. Disponível em: <http://labds.eci.ufmg.br/handle/123456789/107>. Acesso em: 15 out. 2022.

¹³ MUSSKOPF, André S. **“Nem santo te protege”**: AIDS, teologia e religião. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2023. (Coleção teologia de bolso, 1 v.). p. 35.



que retrocedem àquelas decisões já estabelecidas, por meio do Poder Judiciário, para as pessoas não heterossexuais.

DISCURSOS DE ÓDIO E FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO: REPERCUSSÕES CONTRA A COMUNIDADE LGBTQIA+ NO BRASIL A PARTIR DO MOVIMENTO DO BOLSONARISMO

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para a redemocratização do país, abrangendo direitos fundamentais e garantias de dignidade da pessoa humana. No entanto, quando se analisa a pauta da comunidade LGBTQIA+, a Carta Magna deixou de contemplar, de forma mais explícita, a proteção necessária para legitimar todas as formas de ser e manifestar a sexualidade. Nesse viés, caberia ao Poder Legislativo apresentar projetos de leis que contemplassem as demandas desse público e com isso, possibilitar a construção de políticas públicas que, realmente, protejam essa camada social.

Fato é que desde a Constituinte, o Brasil não avançou em legislações que pautem a comunidade LGBTQIA+ no âmbito do Congresso Nacional, conforme pontuado, a seguir:

No Brasil, no âmbito legislativo nacional desde a promulgação da nova Constituição Federal de 1988 não houve avanços no que diz respeito à proibição de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, sendo que inclusive não foi aprovada na Constituinte a menção dessa forma de discriminação específica no artigo 3º da Carta Magna. Pelo contrário, as bancadas fundamentalistas e conservadoras no Congresso nacional opositoras da igualdade de direitos das pessoas LGBT tem fortalecido-se desde então, de forma a conseguir impedir que seja aprovada uma legislação antidiscriminação nesta área e até apresentando proposições que discriminariam a população LGBT.¹⁴

¹⁴ BRASIL – UNIÃO EUROPÉIA. **Cidadania LGBT: mapas de boas práticas Brasil – União Europeia.** Brasília: [s.n.], 2013. p. 23.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



Dessa maneira, é inegável que a presença de bancadas conservadoras e religiosas¹⁵ dentro do Congresso Nacional vem, historicamente, impedindo o desenvolvimento de legislações em prol de pessoas LGBTQIA+. Isso é identificado em razão de que “[...] até dezembro de 2018, ainda não havia nenhum projeto de lei a favor dos direitos LGBTQIA+ aprovado no Congresso Nacional, tampouco outros dispositivos, como Emenda Constitucional ou Decreto Legislativo [...].” Mesmo que se tenha iniciativas de parlamentares em propor projetos que favoreçam essa parcela da população, as frentes conservadoras e religiosas, a partir de posicionamentos fundamentalistas, que anulam qualquer outra visão ou debate, não permitem que seja aprovado.¹⁶

O fundamentalismo religioso, é visto como “[...] um *modo de ser, de pensar e de agir*, que resulta de uma crença e de uma adesão incondicionais a uma doutrina religiosa [...] considerando-a como a única detentora e protetora do Bem e da Verdade.” Para além disso, àqueles que utilizam dos ideais do fundamentalismo enxergam “[...] como inimigos todas as outras religiões e pessoas, que não comunguem com suas crenças, nem com seus ideais, tanto religiosos como políticos.”¹⁷

Dessa percepção, resulta a ideia de que as pessoas fundamentalistas religiosas acreditam que exista somente “[...] uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia

¹⁵ “Por vezes se fala na ‘bancada evangélica’, mas a expressão ignora diferenças entre as denominações protestantes, invisibiliza o setor minoritário, mas não inexistente, de evangélicos com visão mais progressistas e, sobretudo, deixa de lado a importante presença do setor mais conservador da Igreja católica no Congresso, não por meio de sacerdotes, mas de leigos engajados.” MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGOS, Esther Solano (org.). **O ódio como política: as reinvenções das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26. p. 21.

¹⁶ SILVA, Carlos Augusto da; NINA, Alan Michel Santiago; SILVA, Maria Dolores Lima da. Produção legislativa voltada às demandas LGBTQIA+ na câmara dos deputados. **Revista Teoria & Pesquisa**, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 3-22, 2021. p. 11.

¹⁷ ROCHA, Zeferino. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. **Revista Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 17 (supl. 3), p. 761-774, set. 2014. p. 764.



[...].” Assim, o parlamento, a partir dos fundamentalistas “[...] se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, numa ação conjunta que fortalece a todos.”¹⁸

Dentro do ideal fundamentalista religioso, é notável que os argumentos opositores aos direitos da comunidade LGBTQIA+ carregam a ideia de confronto com os “bons costumes” e a “moral” da família tradicional brasileira. Nesse sentido, existe a busca por transparecer nesses argumentos, os chamados “pânicos morais”. Nesse sentido, os discursos que são contrários a diversidade de gênero e sexual, retratam de maneira errônea a posição relacional “[...] entre homossexualidade, pedofilia, AIDS e, principalmente, que a garantia de direitos às pessoas LGBTQIA+ seria uma conspiração para a ‘destruição a família.’” Além disso, coloca os políticos religiosos enquanto salvadores e defensores de um suposto padrão de “família brasileira”, e que lutam contra a frente das “forças do mal”, que seriam os militantes que defendem os direitos das pessoas LGBTQIA+.¹⁹

Esses posicionamentos geram discursos de ódio, fomentando violências dentro do contexto social, sem olvidar que são contrários à própria Constituição Federal de 1988 que proíbe qualquer tipo de discriminação, entre elas, a que se refere a ordem sexual, bem como ao direito de liberdade de manifestação. Nesse ponto, cabe destacar que existe, dentro do Congresso Nacional, um *holding conservador* que se coloca enquanto entrave para a comunidade LGBTQIA+:

O *holding conservador-fundamentalista*²⁰ no Brasil atual oferece apoio financeiro, estrutura e militantes para a campanha dos seus representantes e, depois de eleitos, sentem-se confortáveis para promover todo tipo de manobra parlamentar que impeça, entre outras questões, o avanço dos direitos LGBT. Agindo assim, os eleitos estão sendo fiéis ao seu mandato e

¹⁸ MIGUEL, 2018, p. 21.

¹⁹ PINHEIRO FILHO, Vanderlei Barros. A omissão legislativa ante pautas LGBTQIA+: sua origem, motivação e reflexos. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 58-73, jul. 2022. p. 63.

²⁰ “Trata-se de uma aliança entre diversas instituições conservadoras. São igrejas pentecostais/neopentecostais (que formam a fisionomia evangélica mais perceptível para o senso comum), em aliança com protestantes tradicionais conservadores e católicos carismáticos e/ou ultraconservadores, todos embalados pelos bilhões do mercado gospel no Brasil e seus diversos tentáculos midiáticos.” SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2017. p. 61.



retribuindo o investimento financeiro, pessoal e simbólico do *holding* conservador que ajudou elegê-los, ou seja, agem racionalmente.²¹

Levando em conta a realidade apresentada da influência religiosa e de parâmetros morais dentro do Estado, evidencia-se que na política brasileira, mais recentemente se concretizou esses ideais, a partir da ascensão de Jair Messias Bolsonaro, na presidência da República, perpassando o poder legislativo e adentrando ao poder executivo – muito embora Bolsonaro tenha sido deputado do Congresso Federal brasileiro, por longos anos. Pode-se afirmar que a moral conservadora tem sido um instrumento para a trajetória de Bolsonaro, na campanha e também na forma como governou o país. Nesse sentido, ele mobilizou “[...] valores associados à defesa da família tradicional, à heterossexualidade compulsória e a visão de mundo religiosa, [...] que coloca em linha de mira, precisamente, a comunidade LGBT+.”²²

O bolsonarismo adentrou na sociedade brasileira, enquanto um fenômeno multifatorial. Identifica-se que os elementos que constituem esse movimento, se tornam altamente perigosos para a democracia em um país que está sendo reconstruído institucionalmente pós ditadura militar. O que se busca com a bolsonarização é “[...] a retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, o antido cotidiano da burocracia, da logística do poder.” Além disso, os valores comunicados pelo fenômeno do bolsonarismo é de negação, a partir do “[...] medo, com ódio, com a incapacidade de enxergar o outro como ser humano, com os fascismos do cotidiano.”²³

A lógica bolsonarista se desprende de uma institucionalização, colocando a principal figura desse movimento, enquanto um populista que consegue alcançar as diversas camadas da sociedade, a partir de discursos que misturam “[...] violência e

²¹ SARAIVA, 2017, p. 43.

²² QUINALHA, 2022, p. 137-138.

²³ SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: ABRANCHES, Sérgio *et al.* (org.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.



gracejo, brutalidade sanguinária e piadismo, não é tanto a rigidez do militar ultra disciplinado, mas traz representada em si a conduta própria à classe dominante brasileira.” Dessa maneira, o ex-presidente da República falava as “[...] maiores barbaridades como um tiozão da padaria, burro e violento, mas simpático, com um ar debochado e leve – que é precisamente o que permite a identificação do cidadão médio.”²⁴

É evidente que as pessoas LGBTQIA+, de maneira geral, eram colocadas como alvos de Bolsonaro, que em diversos pronunciamentos declarou o ódio e negação a comunidade não heterossexual. Tais discursos, como por exemplo “Ter filho gay é falta de porrada”, intensificam o ódio no meio social e “[...] colocam em xeque, sem qualquer pudor, o direito a ser e existir de um segmento da população, além de respaldar os já alarmantes índices de violência letal contra LGBTQIA+.”²⁵

Assim, por mais que este líder político do poder executivo proferiu discursos que violentavam exclusivamente as minorias sociais, principalmente, a comunidade LGBTQIA+, importa destacar que mulheres e pessoas LGBTQIA+ também corroboraram, indiretamente para a intensificação desse ódio, pois, quando ele proferia discursos dessa monta, muitas pessoas buscavam minimizar seus discursos misógino, discriminatório e LGBTfóbico, afirmando que “[...] estaria, simplesmente ‘brincando’ ou ‘exagerando’.”²⁶

Desse modo, Bolsonaro desde sua campanha eleitoral se colocava como um defensor da “família tradicional brasileira”, com o slogan “Deus, Pátria e Família”, o que usufruiu do fundamentalismo religioso para abarcar um ideal que exclui e coloca a comunidade LGBTQIA+ dentro de uma seara que violenta, invisibiliza e retira sua legitimidade de ser e existir enquanto ser humano.

²⁴ CATALANI, Felipe. Aspectos ideológicos do bolsonarismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 31 out. 2018. [n.p.]. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

²⁵ QUINALHA, 2022, p. 138.

²⁶ SOLANO, 2019, p. 319.



Outras figuras política que manifestaram os mesmos ideais fundamentalistas religiosos contra o público LGBTQIA+, foram os Deputados Silas Malafaia e Marco Feliciano, que se colocaram como inimigos dos LGBTQIA+ e de outras parcelas vulnerabilizadas da sociedade. Uma das alegações emblemáticas dessa oposição, foi a invenção do “[...] kit gay, expressão criada pela bancada evangélica fundamentalista em 2011 para desqualificar um material educativo anti-homofobia desenvolvido no âmbito do governo federal [...].” Dentro dessas disseminações falaciosas, estaria a de que “[...] os governos petistas haviam criado um kit para convencer as crianças a serem homossexuais ou travestis, associando essa suposta sexualização precoce, inclusive, à prática de pedofilia.”²⁷

Em afirmação aos discursos como esses, que surge a chamada “ideologia de gênero”, e de acordo com os fundamentalistas, serviria para impor a homossexualidade “[...] entre as crianças, um delírio que nada tem a ver com os fundamentos epistemológicos que norteiam os estudos de gênero, mas representa uma arma ideológica poderosa para o amplo espectro dos fundamentalismos religiosos.”²⁸

Essa estratégia da “ideologia de gênero”, que é utilizada por líderes políticos para proferir pânico morais à população, de maneira falaciosa e pretenciosa, acaba violentando diretamente as pessoas LGBTQIA+. Exemplo disso, foi o Deputado Federal Nikolas Ferreira, do Partido Liberal, que no dia 8 de março do corrente ano, data de comemoração ao dia internacional da mulher, colocou uma peruca na cabeça e fez uma fala transfóbica e de ataque às mulheres transexuais. Segundo o parlamentar, “[...] as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres. Para vocês, terem ideia do perigo que é isso, eles estão querendo colocar a imposição de uma realidade que não é a realidade.” Além disso, afirmou que

²⁷ QUINALHA, 2022, p. 139-140.

²⁸ GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. Percursos da hegemonia cultural bolsonarista e a retórica de ódio na realidade brasileira contemporânea. **REFLEXUS**, Vitória, ano 16, n. 27, p. 187-207, 2022. p. 196.



defende o direito “[...] de um pai não querer que um marmanjo de dois metros de altura entre no banheiro da filha sem ser considerado um transfóbico.”²⁹

Em resposta aos ataques contra essa parcela da população, a Deputada Federal Erika Hilton, do Partido Socialismo e Liberdade, afirmou que a fala do Deputado Nikolas Ferreira corroborou para reafirmar estigmas contra as mulheres transexuais e travestis. De acordo com Hilton, a partir do momento em que o deputado “[...] coloca uma peruca na cabeça e diz que passa a ser deputada Nikole, está ridicularizando, fazendo chacota e tentando dizer que basta colocar uma peruca que pode ser mulher e que mulheres trans são homens que se sentem mulheres.” Além disso, retrata que esses discursos desqualificam a construção política e social que já vem sendo feita com relação as identidades de transexuais, o que pode ser considerado crime. Conforme explica a parlamentar “[...] é crime porque isso nos violenta, agride e desrespeita nossas identidades de gênero e nos empurra para um lugar negativo e ruim às margens da sociedade.”³⁰

Nessa perspectiva, é notável que os discursos de líderes políticos que dão visibilidade para um campo conservador e preconceituoso, acabam transparecendo a ideia de que o Estado, através dos representantes políticos, legitima a violência e o ódio contra a população LGBTQIA+. Sendo assim, o Estado, que deveria proteger e reconhecer a comunidade LGBTQIA+, que é o principal alvo dos discursos de ódio de muitos líderes políticos, acaba ficando omissa. Conseqüentemente, a comunidade LGBTQIA+ se encontra cada vez mais em estado vulnerável diante de um parlamento que não legisla em prol de suas reivindicações, enfatizando uma cultura heteronormativa e patriarcal enraizadas na sociedade brasileira.

²⁹ BARBOSA, Kathlen; NIKLAS, Jan. Nikolas Ferreira usa peruca para fazer discurso transfóbico em dia da mulher na Câmara. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 mar. 2023. [n.p.]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/nikolas-ferreira-usa-peruca-para-fazer-discurso-transfobico-em-dia-da-mulher-na-camara.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

³⁰ ‘NIKOLAS enalteceu o estigma de identidades trans e travestis’, diz Erika. **Portal UOL**, São Paulo, 10 mar. 2023. [n.p.]. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/03/10/nikolas-enalteceu-o-estigma-de-identidades-travestis-diz-erika-hilton.htm>. Acesso em: 28 ago. 2023.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira, é constituída sob o viés da ideologia patriarcal e sistema heteronormativo, que considera a heterossexualidade enquanto única manifestação moralmente aceita. Sendo assim, todas as manifestações que se diferem dessa lógica, são colocadas num campo de exclusão, violências e vulnerabilidades. Essa dinâmica, é intensificada em um cenário que, através de fundamentalismos religiosos, políticos e líderes públicos reafirmam estigmas e discriminações contra a comunidade LGBTQIA+ a partir de discursos de ódio. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender essa situação com a seguinte pergunta condutora: como o movimento do bolsonarismo, representado por Jair Messias Bolsonaro, através de discursos de ódio intensificam as violências contra a comunidade LGBTQIA+? Partindo desse questionamento, cabe externas as conclusões consagradas com a pesquisa.

Preliminarmente, a sexualidade foi construída a partir de ideologias que buscavam a dominação sobre os corpos, ligadas, por vezes, a setores religiosos, para exercer o controle social mediante a existência da ideia de sexo, enquanto meio exclusivamente reprodutivo. As religiões, principalmente, as ligadas às igrejas cristãs tiveram papel crucial no desenvolvimento de estigmas e violências contra a comunidade LGBTQIA+ ao longo dos tempos. Durante a epidemia da AIDS, nos anos de 1980, muitos grupos cristãos blasfemavam contra as pessoas LGBTQIA+ portadoras da doença, referindo que seria um castigo divino para o “homossexualismo”.

Os movimentos LGBTQIA+, foram e continuam sendo ferramentas importantes para a luta por direitos sociais dessa comunidade, e para a desconstrução de sistemas que renegam sua existência, como é o caso da heteronormatividade. No entanto, mesmo com tantas décadas de luta e mobilizações, as pessoas LGBTQIA+ ainda não conseguiram alcançar o reconhecimento jurídico e social necessário dentro da perspectiva de um Estado democrático de direito, como é o caso brasileiro, dando-



se ênfase ao Poder Legislativo, que fica omissa quando se refere às pautas legislativas garantidora de direitos e garantias voltadas para a diversidade sexual e de gênero. Isso se dá, principalmente, porque dentro do Congresso Nacional existe a formação de bancadas religiosas e conservadoras que impedem o avanço dessa pauta no parlamento.

Outro aspecto social importante a ser considerado para a omissão e, possivelmente, retrocesso da discussão de gênero e sexualidade no âmbito das políticas públicas no Brasil, foi o advento do movimento do bolsonarismo, perpetuado com a chegada do Ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro no executivo do país. Seguindo as bases que estruturam esse movimento, Bolsonaro e outros líderes políticos durante a campanha eleitoral e, após a posse em cargos públicos, manifestavam suas opiniões contra a população LGBTQIA+, a partir de discursos de ódio. Esses discursos, possuem traços do fundamentalismo religioso, que busca defender a “família tradicional brasileira” heterossexual, branca, cristã e cisgênera.

Nesse contexto, conclui-se que discursos e manifestações de ódio advindos de líderes políticos auxiliam diretamente para a omissão do Poder Legislativo em reconhecer a comunidade LGBTQIA+. Por consequência, o reconhecimento social dessa parcela da população também se torna frágil.

Mediante essa situação, os movimentos LGBTQIA+ têm muitos desafios pela frente para de fato alcançarem os direitos necessários para a dignidade das pessoas não heterossexuais. E um dos meios para ocorrer essa mudança na estrutura é através da política. Parlamentares como a Deputada Erika Hilton, são fundamentais no desenvolvimento de políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+. É necessário ocupar os espaços, colorindo todos os setores da sociedade e conquistando, mesmo que a passos lentos, o ideal de sociedade que contemple os mais diversos públicos. Por fim, é imprescindível que todas as pessoas, sejam LGBTQIA+ ou não, abracem as lutas pela diversidade sexual e de gênero, para que a utopia da igualdade e dignidade a todos se torne um caminho possível de ser alcançado.



REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Kathlen; NIKLAS, Jan. Nikolas Ferreira usa peruca para fazer discurso transfóbico em dia da mulher na Câmara. **O Globo**, Rio de Janeiro, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/nikolas-ferreira-usa-peruca-para-fazer-discurso-transfobico-em-dia-da-mulher-na-camara.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- BERLANT, Laurent; WARNER, Michael. Sexo em Público. *In*: JIMÉNEZ, Rafael M. (ed.). **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona: Içaria, 2002.
- BRASIL – UNIÃO EUROPÉIA. **Cidadania LGBT**: mapas de boas práticas Brasil – União Europeia. Brasília: [s.n.], 2013.
- CANABARRO, Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013. Disponível em: <http://labds.eci.ufmg.br/handle/123456789/107>. Acesso em: 15 out. 2022.
- CARVALHO, Guilherme Paiva de; OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz. Discurso, poder e sexualidade em Foucault. **Revista Dialectus**, Fortaleza, ano 4, n. 11, p. 100-115, ago./dez. 2017.
- CATALANI, Felipe. Aspectos ideológicos do bolsonarismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 31 out. 2018. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/31/aspectos-ideologicos-do-bolsonarismo/>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é a homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- GABATZ, Celso; ANGELIN, Rosângela. Percursos da hegemonia cultural bolsonarista e a retórica de ódio na realidade brasileira contemporânea. **REFLEXUS**, Vitória, ano 16, n. 27, p. 187-207, 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGU, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: as reinvenções das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.
- MUSSKOPF, André S. **“Nem santo te protege”**: AIDS, teologia e religião. 2. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2023. (Coleção teologia de bolso, 1 v.).

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



'NIKOLAS enalteceu o estigma de identidades trans e travestis', diz Erika. **Portal UOL**, São Paulo, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/03/10/nikolas-enalteceu-o-estigma-de-identidades-travestis-diz-erika-hilton.htm>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PINHEIRO FILHO, Vanderlei Barros. A omissão legislativa ante pautas LGBTQIA+: sua origem, motivação e reflexos. **Revista COR LGBTQIA+**, Curitiba, v. 1, n. 3, p. 58-73, jul. 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBT+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

ROCHA, Zeferino. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. **Revista Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 17 (supl. 3), p. 761-774, set. 2014.

SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.

SILVA, Carlos Augusto da; NINA, Alan Michel Santiago; SILVA, Maria Dolores Lima da. Produção legislativa voltada às demandas LGBTQIA+ na câmara dos deputados. **Revista Teoria & Pesquisa**, [S.l.], v. 30, n. 3, p. 3-22, 2021.

SILVA, José Josélio da. Gênero e masculinidades, uma construção: não se nasce homem, torna-se homem. *In*: SILVA, José Josélio da; SOUZA JUNIOR, José Sebastião de; MUSSKOPF, André S. (org.). **As masculinidades e seus caminhos**. São Leopoldo: CEBI, 2019.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* (org.). **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 12. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.